

COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 19 dias do mês de março do ano de 2025, às 9 horas e 30 minutos, na sede do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, reuniram-se os membros titulares e suplentes do Comitê Gestor da ICP-Brasil (CG ICP-Brasil), servidores do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) e alguns ouvintes para participar da 1ª Reunião Ordinária de 2025 deste Comitê. Participaram: Enylson Camolesi (Coordenador do CG ICP-Brasil), representante Titular da Casa Civil da Presidência da República; Victor Hugo da Silva Rosa (Titular do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República); Antônio Francisco Cruvinel (Suplente do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços); Hudson Vinícius Mesquita (Titular do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos); Leonardo Garcia Greco (Titular do Ministério da Justiça e Segurança Pública); Leonardo Gonçalves (Titular da Sociedade Civil); Paulo Sérgio Sgobbi (Titular da Sociedade Civil) de forma remota; Jorge Fernando Prates Ribeiro (Titular da Sociedade Civil) de forma remota; Rubens Caetano Barbosa de Souza (Titular do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação) de forma remota; Giselle Dias Rodrigues Oliveira de Barros (Titular da Sociedade Civil) de forma remota; Célio de Siqueira Ribeiro (Titular da Sociedade Civil) de forma remota; Maurício Coelho (Diretor de Tecnologias de Identificação do ITI); José Gonçalves (Diretor de Infraestrutura Tecnológica do ITI); Pedro Pinheiro Cardoso (Diretor de Auditoria, Fiscalização e Normalização do ITI); Alexandre Machado (Procurador Federal Chefe do ITI); Eder Eustaquio Alves (Chefe de Gabinete do ITI); Luciana Correa de Siqueira (Coordenadora-Geral de Normalização e Pesquisa do ITI); Wilson Hirata (Assessor do ITI). Os demais, a seguir, participaram na qualidade de ouvintes: Daniel Fabre Afonso, Edmar Araújo, Márcio Fernandes Tolentino, Brenda Sampaio e Eduardo Leite de Assis, de forma remota. Registra-se que esta reunião ordinária do CG ICP-Brasil foi transmitida ao vivo pelo canal do ITI no YouTube. Seu teor permanece na íntegra à disposição da sociedade no link <https://www.youtube.com/watch?v=U0bEK2UxUNw&t=273s>

Abertura e pronunciamento inicial

Após declarar aberta a primeira reunião ordinária do ano de 2025 do Comitê Gestor da ICP-Brasil, o Coordenador do CG ICP-Brasil, Enylson Camolesi, agradeceu aos membros do comitê pelo trabalho *pro bono* e a todos que acompanhavam a reunião. Em seguida, solicitou uma rodada de apresentações.

Concluídas as apresentações, o Coordenador do CG ICP-Brasil agradeceu a presença dos membros do Comitê e passou aos informes gerais. Iniciou informando sobre as mudanças recentes do ITI, onde Maurício Augusto Coelho, que estava à frente da Diretoria de Infraestrutura Tecnológica (DITEC), passou a comandar a Diretoria de Tecnologias de Identificação (DITI), e José Rodrigues Gonçalves Júnior, que anteriormente ocupava a Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança (CGISE), passa a dirigir a DITEC.

Dando continuidade, Camolesi abordou a promulgação, em fevereiro deste ano, do Acordo de Reconhecimento Mútuo de Certificados de Assinatura Digital do Mercosul, um acordo que permitirá maior eficiência nas transações comerciais entre o Brasil e os países do bloco.

No âmbito da União Europeia, o Coordenador do Comitê informou que a agenda foi aberta por meio de uma série de compromissos realizados pelo ITI no mês de novembro de 2024, em Bruxelas. Mais recentemente, o Instituto participou da 13ª edição do Diálogo Digital EU-BR, onde foi constituído um grupo de trabalho para que, no futuro, os documentos eletrônicos assinados no Brasil e no bloco europeu possam ser reconhecidos mutuamente.

Informou ainda que a agenda de discussão com Portugal, iniciada há mais de dois anos, foi intensificada em 2024 com diversas visitas e reuniões bilaterais, ações que permitiram a construção de um acordo de entendimento entre os governos, bem como um memorando de entendimento entre as áreas técnicas dos ministérios responsáveis

pelas infraestruturas de chaves públicas e assinaturas digitais de documentos dos dois países.

Enylson Camolesi também abordou o cenário da AR eletrônica, um instrumento importante para a massificação e a redução de custos na emissão do certificado digital.

Por fim, o coordenador do CG ICP-Brasil apresentou a agenda regulatória do ITI, publicada em 20 de dezembro de 2024, convidando a todos a conhecê-la e, em seguida, passou a palavra ao diretor Maurício Coelho.

Coelho anunciou o resumo das quatro pautas constantes na ordem do dia:

- Pauta 01 - Aprovação dos Relatórios de Auditoria Independente da AC Raiz e seu Prestador de Serviço de Suporte no exercício de 2024.

- Pauta 02 - Delegação de competência para o ITI contratar empresa de auditoria independente para auditar a AC Raiz.

- Pauta 03 - Alterações na Resolução CG ICP-Brasil nº 179 (DOC-ICP-04) decorrentes da Pauta Modernizante.

- Pauta 04 - Apresentação de relatório de auditoria pré-operacional na submissão do pedido de credenciamento das entidades AC, ACT, PSC e PSBio.

O Diretor de Tecnologias de Identificação do ITI informou que todas as pautas foram discutidas em duas reuniões preparatórias no dia 12 de março, sendo a primeira realizada pela manhã, com representantes do governo, e a segunda à tarde, com representantes da sociedade civil. Informou ainda que a ANCD procurou a equipe técnica posteriormente e sanou as dúvidas após esclarecimentos adicionais.

Maurício Coelho comunicou, para fins de registro, sobre a obtenção de quórum para deliberações, considerando a presença de 10 (dez) membros do Comitê, havendo a ausência justificada dos representantes titular e suplente do Ministério da Fazenda. Em seguida, retornou a palavra ao Coordenador do Comitê.

Deliberação e votação da ordem do dia

Pauta 01 - Aprovação dos Relatórios de Auditoria Independente da AC Raiz e seu Prestador de Serviço de Suporte no exercício de 2024.

Iniciando a deliberação, Camolesi solicitou ao Diretor de Infraestrutura Tecnológica do ITI, José Gonçalves, que apresentasse os aspectos técnicos relativos à Pauta 1.

Finalizada a apresentação, o Coordenador do Comitê comunicou o ingresso, de forma virtual, da representante titular da Sociedade Civil, Giselle Dias Rodrigues Oliveira de Barros, e a saída do representante titular da Sociedade Civil, Célio de Siqueira Ribeiro, que, por uma eventualidade, precisou se ausentar, deixando consignado por meio do chat seu voto favorável às quatro pautas.

Não havendo mais dúvidas ou manifestações, o coordenador do Comitê abriu a votação, solicitando que os participantes remotos manifestassem seus votos por meio do chat e os participantes presenciais levantassem a mão.

Resultado da votação: PAUTA 1 APROVADA POR UNANIMIDADE.

Pauta 02 - Delegação de competência para o ITI contratar empresa de auditoria independente para auditar a AC Raiz.

O Coordenador do CG ICP-Brasil solicitou ao Diretor de Auditoria, Fiscalização e Normalização do ITI, Pedro Pinheiro Cardoso, que apresentasse os aspectos técnicos relativos à Pauta 2.

Finalizada a apresentação, o Coordenador do Comitê Gestor retomou a palavra e abriu a discussão com os membros do CG ICP-Brasil.

A palavra foi concedida ao representante titular da Sociedade Civil, Jorge Prates, que, a título de esclarecimento, questionou se, após a delegação do Comitê Gestor, a contratação é feita por processo licitatório e se o Comitê está tomando essa decisão antecipadamente devido à não renovação do contrato por parte da empresa de auditoria. Além disso, indagou se, na prática, o Comitê teria que deliberar sobre essa solicitação a cada cinco anos.

Cardoso retomou a palavra informando que a deliberação era por cinco anos, mas que os cinco anos podem não corresponder exatamente ao tempo de uma empresa de auditoria. Informou ainda que a empresa está contratada e se houver entendimento, tanto da parte do ITI, quanto da parte da empresa, o contrato poderá ser prorrogado por mais alguns anos, não necessariamente por cinco.

José Gonçalves, Diretor de Infraestrutura Tecnológica do ITI, complementou informando que atualmente há um contrato firmado com a empresa de auditoria Moreira Auditores. O contrato foi firmado no ano passado, no último ciclo de auditoria, e tem possibilidade de ser renovado pelo prazo que os procedimentos licitatórios permitem. Informou ainda que a empresa, que não quis renovar o contrato, foi a Ernst & Young, a partir da auditoria de 2023, logo, em 2024 já foi realizado com a Moreira, onde há a possibilidade de renovação do contrato, se assim o Comitê Gestor deliberar.

Enylson Camolesi esclareceu que a pauta trata de uma delegação para que se torne um processo contínuo, no qual, periodicamente, o relatório seja apresentado ao CG ICP-Brasil.

Pinheiro acrescentou que a forma de aprovação do relatório não muda, que a pauta trata da contratação, não da deliberação.

O Procurador Federal Chefe do ITI, Alexandre Machado, pediu a palavra para esclarecer alguns pontos. Explicou que a Medida Provisória 2.200 prevê a competência do Comitê Gestor para fazer as auditorias que hoje acontece em duas etapas. Primeiro o ITI solicita autorização para contratação e depois, anualmente, apresenta os relatórios. A pauta em votação pretende que haja uma autorização prévia para que o ITI faça a contratação de auditoria independente, sem interferir na competência do Comitê Gestor para aprovação e, eventualmente, para desaprovação dos relatórios de auditoria. Com relação à nova Lei de Licitações e Contratos, Machado informou que a prestação de serviço continuado pode ser contratada por um período total de até 10 anos, incluindo as prorrogações, contando as prorrogações.

Não havendo mais dúvidas ou manifestações, o coordenador do Comitê abriu a votação, solicitando que os participantes remotos manifestassem seus votos por meio do chat e os participantes presenciais levantassem a mão.

Resultado da votação: PAUTA 2 APROVADA POR UNANIMIDADE.

Pauta 03 - Alterações na Resolução CG ICP-Brasil nº 179 (DOC-ICP-04) decorrentes da Pauta Modernizante.

O Coordenador do CG ICP-Brasil passou a palavra para o Diretor de Auditoria, Fiscalização e Normalização do ITI, Pedro Pinheiro Cardoso, que realizou a apresentação técnica da Pauta 3.

Durante a apresentação, Pinheiro informou que se tratava de três ajustes na Resolução 179, que foi alterada pela Resolução 211. O primeiro ajuste foi tratado na reunião extraordinária do Comitê Gestor, enquanto os outros dois foram discutidos na Pauta 03.

Camolesi retomou a palavra e esclareceu que, mesmo sendo um trabalho coletivo, publicado e amplamente debatido, algumas falhas que geram erros podem passar despercebidas e, por isso, são trazidas ao Comitê para que sejam corrigidas.

Não havendo mais dúvidas ou manifestações, o coordenador do Comitê abriu a votação, solicitando que os participantes remotos manifestassem seus votos por meio do chat e os participantes presenciais levantassem a mão.

Resultado da votação: PAUTA 3 APROVADA POR UNANIMIDADE.

O Coordenador do comitê salientou que um de seus objetivos à frente do ITI é promover uma consolidação normativa e passou a palavra para o Diretor de Tecnologias de Identificação do ITI, Maurício Coelho.

Coelho esclareceu que se tratava de uma “prestação de contas” da reunião extraordinária realizada em 30 de janeiro e informou que a nova cadeia responsável pela emissão dos passaportes eletrônicos brasileiros, v13, já foi emitida e está operacional. Acrescentou ainda que a v13 está depositada no repositório da ICAO (Organização Internacional de Aviação Civil), o que permite que os passaportes eletrônicos sejam emitidos e assinados com certificados qualificados ICP-Brasil, garantindo sua devida validação.

Por fim, agradeceu aos membros do Comitê pelo entendimento e pela pronta resposta ao chamado emergencial, que possibilitou a continuidade da emissão dos passaportes eletrônicos brasileiros. O Diretor de Tecnologias de Identificação destacou que este é o primeiro caso de uso do certificado de selo eletrônico, objeto de aprovação da Pauta Modernizante.

Pauta 04 - Apresentação de relatório de auditoria pré-operacional na submissão do pedido de credenciamento das entidades AC, ACT, PSC e PSBio.

O Coordenador do CG ICP-Brasil passou a palavra ao Diretor de Auditoria, Fiscalização e Normalização do ITI, Pedro Pinheiro Cardoso, que realizou a apresentação técnica da Pauta 4.

Camolesi ressaltou que a pauta tem o objetivo de aumentar a eficiência, sem qualquer prejuízo ao processo de segurança e ao compliance com as instruções e normativos que regem a ICP-Brasil.

Eduardo Leite de Assis, representante suplente da Sociedade Civil, pediu a palavra e questionou se a publicação dos credenciamentos das empresas continua seguindo o rito do Diário Oficial.

Pinheiro respondeu, informando que tanto o credenciamento quanto o indeferimento do credenciamento continuam sendo publicados no Diário Oficial.

Não havendo mais dúvidas ou manifestações, o coordenador do Comitê abriu a votação, solicitando que os participantes remotos manifestassem seus votos por meio do chat e os participantes presenciais levantassem a mão.

Resultado da votação: PAUTA 4 APROVADA POR UNANIMIDADE.

Pronunciamento final e encerramento

O Coordenador do CG ICP-Brasil informou que a agenda regulatória do ITI vai trazer reflexos ou necessidades que eventualmente se tornarão pauta do Comitê.

Paulo Sérgio Sgobbi, titular da Sociedade Civil, parabenizou pela condução dos trabalhos e questionou se existe um cronograma da Receita Federal com relação à substituição dos certificados de pessoa jurídica pelo certificado de selo eletrônico.

Camolesi informou que os representantes, titular e suplente, do Ministério da Fazenda estavam ausentes e salientou que o prazo para a migração para o selo é março de 2029.

Sgobbi solicitou que a questão fosse colocada em perspectiva para a Receita.

O titular da Sociedade Civil, Leonardo Gonçalves, pediu a palavra para contribuir com a discussão e, em nome da Associação Nacional de Certificação Digital, informou que foi criado um grupo técnico de trabalho com o objetivo de garantir que, quando a primeira Autoridade Certificadora estiver pronta para o lançamento do selo para os contribuintes, todas as partes envolvidas e aplicações estejam devidamente integradas a esse novo layout do certificado. Isso asseguraria que no momento em que o primeiro certificado fosse emitido, todos já estivessem aderentes.

Reiterou ainda o compromisso da indústria em garantir uma interoperabilidade amigável e sem atrito para o usuário.

O Coordenador do Comitê retomou a palavra e salientou que coube à ICP-Brasil produzir os normativos que dariam suporte para a mudança e que todos os atores foram convidados a interagir entre si, organizando o tempo para essa transição.

Leonardo Gonçalves pediu para registrar a importância do feedback sobre o que é deliberado no Comitê, destacando que os informes gerais cumpriram esse papel, e solicitou que os informes se tornem uma prática rotineira nas reuniões do CG ICP-Brasil. Pediu ainda que fossem registrados seus parabéns aos novos diretores e o recorde de assinaturas realizadas com certificado em nuvem da ICP-Brasil no mês de fevereiro: dois milhões, duzentas e quarenta e nove mil¹.

Enylson retomou a palavra, afirmando que o objetivo é dar cada vez mais espaço aos membros. Agradeceu a presença de todos que acompanharam e participaram da

¹ Esses dados numéricos foram contabilizados pela ANCD e são relativos a assinaturas diárias realizadas com certificados em nuvem.

reunião, contribuindo para a aprovação das pautas importantes, bem como a audiência no YouTube e aqueles que acompanharam remotamente.

Camolesi afirmou, por fim, que o objetivo da certificação digital é se tornar, cada vez mais, um instrumento do cidadão. Trata-se de uma exigência do presidente Lula: prestar serviços de boa qualidade e acessíveis à população.

Nada mais havendo a registrar, considerou-se encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Eder Eustaquio Alves, Chefe de Gabinete do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI, à luz do artigo 7º do anexo I da Resolução CG ICP-Brasil nº 190, de 18 de maio de 2021, que aprova o regimento interno do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – CG ICP-Brasil, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, encaminha-se assinada digitalmente para publicação no site do ITI, www.iti.gov.br.

EDER EUSTAQUIO ALVES

Chefe de Gabinete do ITI

Aprovo a lavratura da presente Ata de Reunião. Publique-se.

ENYLSO CAMOLESI

Coordenador do CG ICP-Brasil